



ATA NÚMERO DEZASSEIS (MANDATO DE 2021-2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2024:-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Francisco Rafael Batista Gouveia, Primeiro Secretário e por Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Segundo Secretário. -----

----- VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

----- Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas e trinta minutos. -----

----- Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo e Adelino Morgado Carneiro, substituídos nesta sessão por, respetivamente, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos. -----

----- A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de



Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos.-----

----- **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.**-----

----- Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, do Vereador Francisco Rafael Roque Ruas e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.-----

----- **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.**-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município.-----

----- Fez referência às ausências e respetivas substituições.-----

----- Solicitou, depois, a todos os membros da Assembleia que tivessem algum poder de síntese nas intervenções que iriam fazer, não deixando de dizer o que pretendiam, por forma a poder cumprir-se a agenda de trabalhos, elaborada com base no expediente, a seguir transcrita:-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

----- 3. **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**-----

----- 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2024. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----



-----4. **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.
APRECIACÃO.-----

-----5. **EMPRÉSTIMOS**-----

-----EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À HABITAÇÃO
COLABORATIVA DE OLIVEIRA DO CONDE, HABITAÇÃO COLABORATIVA DE VILA
MEÃ E CRECHE DE CARREGAL DO SAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO.-----

-----6. **REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS**-----

-----6.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO
DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À
EMPREITADA “ELH 1.º DIREITO – RUA DO SOITO, EM PAPÍZIOS”. ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO.-----

-----6.2 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO
DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À
EMPREITADA “BNAUT – REABILITAÇÃO DA ESTAÇÃO CF DE CARREGAL DO SAL”.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----6.3 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO
DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À
EMPREITADA “BNAUT – REABILITAÇÃO DA ESTAÇÃO CF DE OLIVEIRINHA”.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----6.4 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO
DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À
EMPREITADA “RUA DA ALAGOA, CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.---



----- 6.5 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “RUA DAS CANADAS – CURRELOS”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- 6.6 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VILA MEÃ”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- **7. URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO** -----

----- PROCESSO N.º 55/2024 – CONSTRUÇÃO DE TÚNEL DE LIGAÇÃO ENTRE ADEGA E CASA SEDE. LOCAL: QUINTA DA GANDARINHA OU QUINTAL, EM OLIVEIRINHA, FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CONDE, CONCELHO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- **8. PROCESSO EXPROPRIATIVO (RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR)** -----

----- PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM ENQUADRAMENTO NO REGIME ESPECIAL DE EXPROPRIAÇÃO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 15/2021, DE 23 DE FEVEREIRO. PRÉDIO URBANOS A EXPROPRIAR: ARTIGO INSCRITO MATRICIALMENTE SOB O N.º 249 (FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL) E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE CARREGAL, SOB O N.º 300 (EXTINTA FREGUESIA DE CURRELOS) E ARTIGO INSCRITO MATRICIALMENTE SOB O N.º 255 (FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL) E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE CARREGAL DO SAL SOB O N.º 301 (EXTINTA FREGUESIA DE CURRELOS). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- **9. PROVIDOR DO MUNÍCIPE**-----

----- RELATÓRIO. APRECIACÃO. -----

----- **10. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----



-----ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

-----**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.**-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto da ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro se encontrava em condições de ser votada, porquanto o respetivo documento foi reenviado aos membros da Assembleia Municipal, não tendo sido rececionado qualquer contributo.-----

----- Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Igor Lopes de Sousa, António Manuel Figueiredo Almeida, Nuno Miguel Pais Seabra e António Marques da Costa Pinto e quinze votos a favor dos restantes elementos presentes, não se registando o voto do membro Carlos Alexandre Pais Batista, por ter previamente informado que chegaria mais tarde.-----

-----**INFORMAÇÕES DIVERSAS.**-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal informou que a documentação de apoio à Assembleia, tinha sido oportunamente enviada pelas plataformas definidas e complementada por *email*.-----

-----Informou depois das suas participações/representações naquele hiato de tempo: na inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Papízios; na Gala do Clube de Futebol de Carregal do Sal; na cerimónia de Tomada de Posse do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato; na final do Torneio de Futsal; no décimo segundo aniversário do Grupo Cordas e Cantos da Nossa Terra da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato; no Teatro Musical “Os Vilões”, do Conservatório de Música e Artes do Dão, em Santa Comba Dão; nas Festas do Concelho; em todas as iniciativas ligadas à inauguração do Museu Aristides de Sousa Mendes; nas festividades e



cerimónias oficiais do Feriado Municipal e acompanhamento da Visita do Senhor Ministro da Presidência; numa reunião do Conselho Municipal de Educação; na abertura da Aldeia Cultural, na Lapa do Lobo; algumas festas de verão realizadas no Concelho; na Festa das Colheitas, em Oliveira do Conde; no Concerto da Justiça, realizado no Museu Aristides de Sousa Mendes; na comemoração dos vinte e cinco anos da Escola Básica Aristides de Sousa Mendes. -----

----- **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto para discussão este ponto da ordem do dia e outros que entendessem, declarando aberto o período para uso da palavra dos membros da Assembleia Municipal, aceitando inscrições.-----

----- *António Manuel Lopes Batista* - Apresentou cumprimentos a todos os presentes e a quem assistia aos trabalhos via *online*. Começou a sua intervenção referindo que o grupo parlamentar que liderava – o Partido Social Democrata – prestava a sua profunda gratidão a todos aqueles que, de forma incansável e corajosa, tinham combatido o incêndio que tinha deflagrado recentemente no Concelho. Reconheciam o empenho e esforço de todos os bombeiros das várias corporações presentes, dos elementos da Proteção Civil e do Executivo Camarário, dos trabalhadores do Município, dos presidentes das juntas de freguesia e suas equipas, dos agentes das forças de segurança, do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e de todos os voluntários que incansavelmente lutaram para combater as chamas e se mobilizaram para ajudar os outros. Tinham-se vivido momentos difíceis em que escassearam os meios para as reais necessidades e sem este conjunto de pessoas e entidades, tudo teria sido mais complicado. Perante a devastação decorrente dos incêndios, a bancada do Partido Social Democrata propunha a isenção do pagamento da água no mês de novembro, e, caso tal não fosse possível, pelo menos que considerassem não cobrar o excedente dos consumos habituais faturados à população que, naqueles dias de incêndio, tinham registado um consumo de água muito superior ao habitual.-----



-----Referiu-se depois às declarações proferidas pelo senhor Presidente da Câmara aquando da visita do Secretário – geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, ao Concelho em que o Autarca tinha afirmado que, desde dois mil e dezassete, deveria ter sido feito ordenamento do território, questionando, então, quem é que tinha estado no Governo até há seis meses atrás e o que tinha sido feito nesse sentido.-----

-----Prosseguiu para recordar que, na sessão de vinte e oito de junho da Assembleia Municipal, tinha-se referido às condições dos caminhos florestais do Concelho alertando para o facto de alguns deles não estarem nas melhores condições, o que poderia dificultar a intervenção e socorro a prestar pelos bombeiros, em caso de necessidade, ao que o senhor Presidente tinha respondido que a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais já tinha reunido e aprovado o Plano Operacional Municipal e o Plano das Faixas de Gestão de Combustível também já estava definido com o Gabinete Técnico Florestal, estando a trabalhar-se, em articulação com as juntas de freguesia, no sentido de acautelar eventuais situações. Terminou questionando o que tinha sido feito, entretanto. -

-----*Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Saudou o plenário e quem acompanhava aquela sessão, via *online*. Começou por referir que, em nome de todos os presidentes de junta de Freguesia, endereçava o reconhecimento público a todos quantos se tinham empenhado no combate às chamas, evitando que no Concelho de Carregal do Sal se tenham conseguido salvar vidas aproveitando para deixar uma palavra de lamento por todas as vidas perdidas nos incêndios, em concelhos limítrofes. Prosseguiu para afirmar que o que aconteceu em dois mil e dezassete parecia não ter sido suficiente para se refletir o território e o papel de cada um nesse domínio. Portanto, impunha-se refletir e agir em conformidade por forma a sermos mais resilientes e pensar a floresta como algo transversal que impera proteger, independentemente das convicções partidárias por forma a construir-se um país mais equilibrado que certamente ajudaria cada um de nós a sermos mais resilientes em situações futuras.-----

-----*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Saudou todos os presentes e aqueles que, em direto e



online, acompanhavam os trabalhos. Começou por endereçar um agradecimento aos corpos de bombeiros, às forças de segurança, aos sapadores florestais, aos trabalhadores do Município e à população em geral pelo inextinguível esforço de atuação no combate às chamas que assolaram o Concelho considerando que era tempo de refletir, de traçar novos planos, novas dimensões para faixas de contenção e tudo o que fosse necessário para minimizar aquele tipo de situações. -----

----- Prosseguiu para questionar o ponto de situação em relação ao levantamento das condutas de fibrocimento e o porquê do não funcionamento da fonte localizada junto ao Julgado de Paz referindo que essas questões já tinham sido colocadas em sessões anteriores, não tendo obtido ainda qualquer resposta, pelo que agradecia uma resposta objetiva. -----

----- Referiu depois que, perante a intenção de a Câmara Municipal colocar ao dispor, nas instalações da antiga Escola Primária de Carregal do Sal, uma Creche Municipal, o CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão já não utilizava algumas salas desse edifício para aulas de instrumento e, portanto, a situação trazia constrangimentos na gestão de tempo e monetários para os próprios alunos e consequentemente para os pais Acrescentou que nada tinha contra a Creche Municipal, mas tinham sido retiradas condições aos alunos do CMAD. Estava-se a regredir e aparentemente nada tinha sido feito, à semelhança de outras situações, pelo que “ia-se empurrando com a barriga”. Referiu que os alunos tinham sido colocados a ter aulas em salas da Escola Básica, considerando que o ambiente não era o desejável pois, sem desprimor para a AEC de Música, mais parecia que também eles estavam a ter essa AEC. Para além disso, havia aulas de instrumento a terminarem às vinte horas e não existia um único funcionário para fechar o estabelecimento, pelo que aquela estrutura ficava entregue ao professor de instrumento. Continuou para perguntar ao Executivo se não tinham conseguido acautelar uma alternativa digna e semelhante à anterior sugerindo, por exemplo, a disponibilização de algumas salas do Mercado d’Ideias, alterando a licença de utilização dessas salas, ou as do antigo Espaço Internet. Esperava, portanto, do Executivo, uma resposta digna perante o esforço desses alunos e professores. -----



----- Ainda sobre a Educação considerou que as ementas dos almoços das escolas deveriam estar disponíveis na plataforma SIGA, pelo menos, quando as aulas iniciassem, o que não tinha acontecido e quando foram publicadas nem sequer correspondiam à realidade. Prosseguiu para se referir depois ao facto de um munícipe ter assumido na Assembleia anterior que tinha recebido duas cartas para pagamento de uma mensalidade referente ao prolongamento de horário da sua educanda questionando porque é que não se adotava o mesmo procedimento quando, no final de cada ano letivo, ficava dinheiro em cartão do aluno. Não podiam existir dois pesos e duas medidas.-----

-----*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Apresentou cumprimentos ao plenário e a todos aqueles que assistiam à sessão, via *online*. Começou por se reportar à inauguração do Museu Aristides de Sousa Mendes, que afirmou ter sido uma cerimónia muito digna, parabenizando o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo facto, pois tinha sido um momento alto para a freguesia, para o Concelho e também para o País. Contudo, referiu não haver “bela sem senão” e aludiu a duas situações que disse poderiam ter sido evitadas. Referiu, então, a ausência do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, no ato da inauguração, corte da fita e entrada solene na Casa, a par das entidades presentes, considerando ter sido uma falta muito grave e até uma falta de respeito pela entidade máxima local, e ao facto de as pessoas que não tinham sido convidadas terem sido encaminhadas para entrarem nos portões da Quinta, obrigando-as a terem posturas menos corretas tal como ficarem penduradas nos muros e portões, o que não tinha sido agradável de presenciar, suscitando posteriores comentários menos agradáveis, também. -----

----- Reportou-se, depois, a um episódio ocorrido na Assembleia de Freguesia de Carregal do Sal realizada recentemente que pôs em causa o Município, pelo aparente desconhecimento dos procedimentos, que explanou, referindo que o membro daquela Assembleia, eleito pelo Partido Socialista que, por sinal, era também o Adjunto do senhor Presidente da Câmara, tinha responsabilizado a Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão pela aprovação dos projetos florestais em qualquer lado, o que tinha potenciado o desenvolvimento dos incêndios.



Considerou, depois, que era bom que se esclarecesse quais os procedimentos a seguir nos projetos florestais para manter o bom nome da Associação designadamente que era aquela Associação que realizava os projetos, que o Gabinete Florestal da Câmara Municipal dava o parecer cabendo ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a respetiva aprovação após o competente parecer e, por fim, a fiscalização competia à Guarda Florestal e ao ICNF. -----

----- *Nuno Miguel Pais Seabra* – Saudou todas as pessoas presentes e as que assistiam aos trabalhos, via *online*. Na sua intervenção referiu o elevado número de ruturas na rede de abastecimento da Águas do Planalto referindo que tinha inclusive averiguado essa situação constatando que, entre os semáforos e a rotunda da oliveira, por exemplo, se tinham registado pelo menos umas vinte ou trinta ruturas nos últimos anos, solicitando ao senhor Presidente da Câmara que, na reunião seguinte com a empresa responsável, tentasse perceber o porquê de todas aquelas ocorrências no sentido de evitar mais ruturas. Deu, ainda, nota da falta de sinalização das respetivas intervenções apelando à Câmara Municipal que diligenciasse junto da empresa no sentido de haver a necessária sinalização evitando alguns incidentes decorrentes dessa. -----

----- Relativamente à inauguração do Museu Aristides de Sousa Mendes, que constituiu um dos dias mais importantes da sua vida enquanto autarca, reconheceu e agradeceu o trabalho desenvolvido desde a primeira hora, por entidades e pessoas, para que aquele Museu fosse uma realidade, deixando um agradecimento público a todos, incluindo o Executivo Municipal em funções e o senhor Presidente da Câmara Municipal, de forma particular, pois desde a primeira hora tinha assumido aquela obra como um desígnio seu. -----

----- Prosseguiu para afirmar que, relativamente a essa inauguração, tinham ocorrido algumas situações que o deixaram desagradado. A propósito, voltou atrás no tempo para recordar o que tinha acontecido no ano de dois mil e dezassete, aquando da primeira visita do senhor Presidente da República, em que o então Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, de alguma forma, tinha sido descurado da cerimónia protocolar, dando-lhe nota dessa insatisfação, não imaginando que



iria sentir isso na pele, sete anos volvidos. Assumi que se tinha sentido desconfortável, e disso já tinha dado conta ao senhor Presidente da Câmara Municipal, não o culpabilizando, assumindo que entendia que deveria ter estado ao lado dele na cerimónia e na entrada na Casa do Passal. Esclareceu que esse melindre não se prendia com o facto de querer aparecer na fotografia; pelo contrário, mas estava na cerimónia na qualidade de representante da Freguesia e de todos quantos tinham exercido as funções de Presidente daquela junta de freguesia, assumindo ter ficado magoado. Recebeu críticas no dia seguinte por não ter tido a ousadia de se chegar à frente, mas quem o conhecia sabia que essa não era a sua maneira de estar. E sim, tinha ficado muito triste por ter visto, posteriormente em fotos, pessoas que possivelmente nunca mais visitariam Cabanas de Viriato, nem o Concelho. A verdade era que a Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato continuava a ser o espaço de toda a logística da Casa do Passal, e bem, pois estavam lá para colaborar. -----

----- *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Apresentou cumprimentos ao plenário e a todos quantos assistiam aos trabalhos, digitalmente. Dirigiu-se, de seguida, ao senhor Presidente para questionar onde estava o tão proclamado mecenas que poderia ajudar a pagar o investimento do monumento evocativo dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, a que se tinha referido em sessão anterior, sublinhando que o dito monumento tinha sido pago com o dinheiro dos contribuintes. Prosseguiu recordando que na sessão anterior o tinha confrontado com o aparente estado de abandono do monumento, que o senhor Presidente tinha desvalorizado, constatando, com surpresa, que, na semana seguinte, a erva já tinha sido cortada.-----

----- Prosseguiu para questionar se as contas das Festas do Concelho de dois mil e vinte e três já estavam fechadas e qual era o ponto de situação, recordando que, na sessão anterior da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assumido que a Expodão tinha registado um prejuízo de cento e trinta mil euros. Questionou, de seguida, se, as contas das Festas do Concelho de dois mil e vinte e quatro, já estavam fechadas e se já tinha a listagem detalhada da respetiva despesa. -----



----- *Paulo Filipe Rodrigues Cristo* – Apresentou cumprimentos. Prosseguiu para reforçar que a inauguração do Museu Aristides de Sousa Mendes tinha constituído um dia marcante, um dos dias mais importantes de toda a história da humanidade. Considerou que o sonho era finalmente real. Lembrou todos quantos se empenharam naquele projeto ambicioso deixando uma palavra especial ao atual Executivo Camarário, e em especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que alavancaram o processo com muita garra, dinamismo e determinação. Tinha sido um dia memorável, o Concelho tinha sido visto pelo mundo inteiro, tivemos a presença de diversas personalidades entre as quais, o senhor Presidente da República Portuguesa e maiores instâncias nacionais e internacionais – um orgulho. Agora, cabia-nos dar a esse legado o devido destino. Terminou referindo o número de pessoas que, desde a inauguração até àquele dia, tinham visitado o Museu Aristides de Sousa Mendes – treze mil quinhentas e trinta e seis. -----

----- *Rui Manuel Mendes Lopes* - Cumprimentou o plenário e todas as pessoas que assistiam aos trabalhos via *online*. Começou por realçar a sem vergonha que tinha sido a última Assembleia em que o senhor Presidente tinha insultado dois elementos do plenário. Era escusado chamar assuntos que em nada contribuía para a evolução dos trabalhos.-----

----- Endereçou, depois, os parabéns a todas as corporações de bombeiros e ao povo que estiveram no terreno a ajudar a combater os incêndios que deflagraram no Concelho. A única crítica iria para os órgãos máximos da proteção civil. Já chegava de “tapar o sol” com a peneira pois não tínhamos aprendido nada com o que tinha acontecido em dois mil e dezassete. Tinha tido oportunidade de estar com algumas pessoas que estavam naquela sessão e efetivamente tinha de vangloriar os voluntários e populares que deram tudo para proteger o que era seu e do seu vizinho. A esses, sim, fazia o merecido reconhecimento. Lamentava, no entanto, que tivessem faltado instruções superiores para deixar atuar alguns meios que estavam no terreno. Afirmou que se podia fazer melhor e o povo, com a colaboração dos bombeiros, da proteção civil municipal conseguia fazer muito melhor. Considerou que alguma coisa tinha de ser feita e cabia ao senhor Presidente da Câmara



Municipal fazer queixas de alguma inoperacionalidade, que se prendeu sobretudo com orientações recebidas de não gastarem água. O povo tinha feito um excelente trabalho; os bombeiros estiveram ali, mas era imperativo pressionar quem estava acima de todos eles para que as coisas corressem melhor e isso competia ao senhor Presidente da Câmara. -----

-----Relativamente ao Plano Diretor Municipal, que tinha sido aprovado na última sessão, afirmou que possivelmente a situação iria piorar pois existiriam mais terrenos ao abandono. E tal, se calhar, devia-se ao facto de a Câmara Municipal não ter tornado as aldeias mais apetecíveis. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* - Saudou todos as pessoas presentes e as que acompanhavam os trabalhos em casa e em direto, via *online*. Começou por referir, em relação aos incêndios, em resposta a vários membros, que eles trouxeram momentos difíceis para toda a população, para os nossos corpos de bombeiros e para os responsáveis pela Proteção Civil, por isso, fazer gincana política num momento desses, não lhe parecia nada correto e digno de um membro da assembleia municipal. Assumi que é preciso dar passos firmes em relação ao planeamento e ordenamento do território, mas era necessário que todos os agentes se envolvessem com a temática, sobretudo com os proprietários dos terrenos, aqueles que não fazem a limpeza e também ter em atenção os terrenos que não são de “ninguém”. Tem sido uma dificuldade encontrar os proprietários, mesmo enviando notificações e grande parte não dá resposta. Por isso, entendia como correta a medida que este governo tenciona implementar de que, se os terrenos não estivessem registados/cadastro até ao final do próximo ano, passariam para o Estado para neles se poder atuar. Lembrou que se estava perante uma responsabilidade tripartida, estado, municípios e proprietários, por isso, o trabalho de prevenção tinha de ser repensado e levado muito a sério. Informou que na reunião onde esteve com membros do Governo e outros Presidentes de Câmara pós incêndios, reforçou a ideia de que ninguém ainda esqueceu o que tinha acontecido em dois mil e dezassete e, agora ciclicamente aconteceu em setembro deste ano, logo era imperativo tomar medidas concretas, até porque perante cenários similares o comportamento dos incêndios teriam as mesmas portas de entrada nos concelhos,



logo fazia sentido pensar o território por forma a fazer zonas/faixas de contenção, com plantação de espécies que evitassem a propagação destes fenómenos, mas isso tinha de ser feito com a legitimação do Governo, independentemente da tendência política. Prosseguiu para afirmar que o Concelho já tinha mais de quarenta e três por cento dos terrenos cadastrados e era necessário pensar o ordenamento do território de uma forma preventiva, tal como falou o membro Carlos Bastos. -----

----- Em resposta ao membro António Batista, assumiu que o anterior governo já tinha tomado algumas medidas de entre as quais referiu o cadastro - BUPI e alguns projetos como os condomínios de aldeia que visam fazer plantação em terrenos abandonados e que podem ser potenciados, mas assumiu que se podia ir mais longe. Respondendo ao membro Rui Lopes sublinhou que tinha ido a todo o lado aquando dos incêndios e tinha feito de tudo para salvaguardar os meios necessários de combate e tudo foi feito para evitar a sua entrada do concelho, tendo diligenciado para que o plano de emergência municipal fosse ativado com todos os meios possíveis mobilizados, mas as características deste incêndio com uma ignição fulminante e condições climatéricas muito adversas, não evitou a sua propagação. Por isso, não embarcava no sensacionalismo fácil e falacioso de falar que a Proteção Civil tinha solicitado racionalização de água considerando que isso era completamente falso, como o podiam confirmar o capitão Dinis da GNR, tal como os comandantes Francisco Campos e o Filipe Lopes, que acompanharam todas as diligências e efetivamente eram eles que tinham tido intervenção no teatro de operações, esclareceu que não tinha tido qualquer ingerência nessa matéria operacional de combate. A sua intervenção estava centrada em conseguir meios e apoio logístico para que nada faltasse, teve envolvimento direto a solicitar meios aéreos para o concelho, nomeadamente para a localidade das Ladeiras, bem como falou com colegas Presidentes de Câmara a solicitar apoios humanos e físicos, isso, sim, assumia que tinha diligenciado. A par disso, assumiu que tinha decidido pela evacuação da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (Oliveira do Conde) em face do risco iminente, diligenciando quarenta e cinco camas e uma logística de apoio nas instalações do Mercado d'Ideias, na sede do Concelho para apoiar vários munícipes que abandonaram as suas casas. -----



-----Uma tragédia destas teve situações que podiam correr melhor, pelo que estas lições são importantes para o futuro, mas usar o argumento que o membro Rui Lopes tinha utilizado, não era justo e não correspondia em nada à verdade dos fatos. Relativamente aos consumos médios da água, informou que já tinha solicitado às Águas do Planalto que considerassem as médias das faturas dos meses anteriores dos nossos munícipes como referência para as faturas de água dos próximos meses.--

-----Finalizou a temática afirmando que todos os agentes deveriam repensar o ordenamento do território, e atuar perante as faixas de combustível e limpezas dos terrenos de uma forma concertada, já que se trata de um problema estrutural. E ansiava que, após estes últimos incêndios, as autoridades se sentassem à mesma mesa e tomassem medidas efetivamente eficazes no sentido de evitar situações idênticas no futuro próximo, demonstrando a sua total disponibilidade para fazer a sua parte.-----

----- Ao membro Sandra Cortês, disse nada ter a acrescentar em relação ao solicitado assumindo responder quando tivesse a informação dos serviços referente às condutas de fibrocimento e à fonte do Julgado de Paz. Em relação ao CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão, informou que os responsáveis daquela estrutura tinham assumido que estavam agora muito melhor servidos nas instalações da escola, em comparação com as instalações anteriores, e que inclusive lhe tinham dito que era uma irregularidade lecionarem em instalações que não fossem uma Escola. Assumiu, no entanto, que estaria disponível sempre para melhorar o que fosse necessário. Em relação à questão levantada pelo membro de não existir um colaborador do município para fechar a escola no final das aulas, informou que essa questão não se colocava pois já eram os professores que encerravam as instalações quando lecionavam no edifício junto ao Parque Alzira Cláudio. -----

-----Sobre as ementas e o ano letivo seguinte, remeteu os esclarecimentos para a senhora Vice-presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ao membro Manuela Campos disse que não se iria pronunciar em relação à Assembleia de Freguesia de Carregal do Sal e, portanto, iria primeiro ouvir também a outra parte para depois se pronunciar. -----



----- Sobre o Museu Aristides de Sousa Mendes admitiu que poderiam ter existido algumas falhas, mas isso não ofuscava o mais importante – a dignidade e o orgulho do Concelho para que o momento de inauguração daquele espaço fosse memorável e único. Já tinha falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato sobre as questões levantadas e tudo estava ultrapassado, pelo que continuariam a trabalhar juntos para resolver os problemas das pessoas. -----

----- Relativamente às ruturas na rede de água, informou que decorriam as negociações com a empresa Águas do Planalto, acrescentando que tinha sido negociado que fosse feito um investimento no montante de quinhentos mil euros por ano nos cinco concelhos da concessão para que fosse melhorada a rede de abastecimento no Concelho pois sabia que existiam muitas perdas que poderiam ser evitadas.-----

----- Ao membro Elisabeta Caldeira, disse nada mais ter a acrescentar em relação ao monumento evocativo, sendo que respeitava outras opiniões. Reiterou o que já tinha afirmado em sessões anteriores, isto é, se houvesse alguém que quisesse ajudar a custear aquele investimento, daria conta dessa pretensão.-----

----- Em relação às Festas, informou que já tinha sido solicitado o balanço do evento e quando tivesse essa informação divulgá-la-ia.-----

----- Dirigiu-se, depois, ao membro Paulo Cristo para agradecer as palavras deixadas referindo, a propósito que os números efetivamente o deixavam muito satisfeito e iriam continuar a trabalhar no sentido de potenciar e dinamizar aquela estrutura pois isso refletia-se, também, e por exemplo, ao nível da restauração e comércio do concelho. -----

----- Finalizou as respostas, refutando o que o membro Rui Lopes afirmou de que tinha insultado membros da plateia na anterior reunião da assembleia, negando e solicitando que houvesse mais respeito e rigor no que se falava naquela assembleia. -----

----- *Vice-presidente da Câmara* – Apresentou cumprimentos e, em relação à questão das ementas, deu nota de que era do conhecimento público que tinham existido problemas com os *emails*



da Câmara Municipal na semana anterior ao início das aulas e, portanto, tratou-se de uma situação pontual. Sobre o facto de não corresponderam ao que estava publicado, respondeu que isso tinha acontecido porque as escolas tinham estado fechadas durante dois dias. -----

-----Relativamente às dívidas respondeu que era correto que a Câmara Municipal recebesse o que era seu; quanto ao saldo credor, tinha sido inicialmente explicado, em reunião própria, qual seria o procedimento a adotar e, portanto, de acordo com o que tinha ficado definido, o saldo em causa poderia ser resgatado. -----

-----*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Voltou a usar da palavra para referir que, em relação ao cartão, o problema colocado prendia-se com o facto de, havendo indicação para que os encarregados de educação procedessem ao pagamento de dívidas, também deveria existir essa indicação para resgatarem os valores, existindo saldo nos cartões dos seus educandos. -----

-----Relativamente à questão do Conservatório de Música e Artes do Dão propunha que fosse agendada uma reunião com aqueles responsáveis, com o Executivo Municipal e com os líderes parlamentares, para que o Conservatório assumisse o que tinha dito, pois entendia que aquilo não era ambiente de conservatório. Quanto a fechar ou não fechar a Escola sabia que, nas instalações iniciais, existia um funcionário para esse efeito, mas nas atuais instalações isso não acontecia e, por isso, apenas apelava a disponibilizarem-se melhores condições para o ensino da música no Concelho. -----

-----*Rui Manuel Mendes Lopes* – Voltou a usar da palavra para, em defesa da honra, afirmar que não admitia que deturpassem as suas palavras pois, na intervenção que tinha feito, não tinha posto em causa a atuação de qualquer corporação ou comando de bombeiros; tinha posto em causa a do senhor Presidente num sentido construtivo, pois entendia que poderia fazer melhor perante os órgãos nacionais. -----

-----*António Manuel Lopes Batista* – Voltou a usar da palavra para deixar um contributo e sugerir que, em relação à limpeza das florestas, fosse criada uma associação com estruturas de produção de biomassas, cabendo-lhe limpar as florestas e transformar esses resíduos, pois muitas



pessoas não têm possibilidade nem dinheiro para fazer essas limpezas. Continuou para dar nota de que tinha tido conhecimento de duas situações próximas de habitações em que houve indicação para não gastar água na zona contígua pois, se o incêndio chegasse efetivamente a essas habitações, a viatura próxima poderia não ter água suficiente para combater as chamas nessas habitações, salvaguardando que possivelmente não poderia ser feito de outra forma confirmando, no entanto, que isso tinha acontecido.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Afirmou nunca ter havido por parte do Presidente da Câmara, em nenhum momento, indicações às corporações de bombeiros para racionalizarem água; se alguma indicação dessas existiu não teria sido da sua parte, pois ele, Presidente de Câmara, não tinha tido qualquer intervenção nas decisões no terreno. -----

----- Ao membro Sandra Cortês esclareceu que não correspondia a verdade dizer que existia algum colaborador no município para fechar a porta depois das aulas do CMAD terminarem. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal apresentou, depois à consideração do plenário a apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento dos bombeiros que tinham perdido a vida no combate às chamas, o que foi aceite. -----

----- Procedeu, de imediato, à leitura do respetivo Voto de Pesar, que era do seguinte teor: -----

----- “VOTO DE PESAR -----

----- Os incêndios florestais em Portugal são uma tragédia recorrente e à semelhança do que se passou em 2017 em Portugal, assistimos recentemente na nossa região a mais uma grande tragédia, da qual resultaram grandes perdas irreparáveis nomeadamente humanas. Como sabemos, no combate às chamas alguns bombeiros perderam as vidas, recordo aqui Sónia Cláudia Melo, de 36 anos, Susana Cristina Carvalho, de 44 anos, Paulo Jorge Santos, de 38 anos, da corporação de Vila Nova de Oliveirinha e João Manuel dos Santos Silva, de 60 anos, da Corporação de São Mamede de Infesta. --

----- Em consequência desta tragédia os Grupos Parlamentares na Assembleia Municipal de Carregal do Sal, propuseram àquela Assembleia Municipal um voto de pesar pelas perdas irreparáveis



de vidas humanas. -----

----- Assim, apresentamos as nossas mais sentidas condolências e solidariedade às famílias enlutadas, aos amigos e respetivas corporações destes soldados da paz que pereceram ao serviço e na defesa das pessoas, bens e Património. -----

----- Neste momento de profunda dor e respeito, homenageamos estes honrosos soldados da Paz que sob o lema “vida por vida” serviram e ofereceram a sua vida sem hesitação por cada um de nós. --

----- (minuto de silêncio) -----

----- Carregal do Sal 27 de setembro 2024” -----

----- A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Pesar a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, cumprindo-se um minuto de silêncio pelas respetivas vítimas. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para questionar se a Câmara Municipal queria acrescentar algo sobre o ponto em apreço, ao que o senhor Presidente da Câmara disse nada ter a acrescentar. -----

----- *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Solicitou autorização para distribuir um documento pelos elementos do plenário, o que foi acedido pela Presidente da Assembleia Municipal. Depois considerou que, da análise da informação escrita, designadamente nas páginas doze e treze, onde estavam registados os processos judiciais, tinha constatado haver dois processos judiciais da autoria de uma empresa do Concelho – Euroralex, com o mesmo valor de ação, que era de trinta mil euros, contra a Câmara Municipal. Na consulta da plataforma pública CITIUS que efetuou, tinha constatado que o processo referido na página treze – com o número quatrocentos e um barra vinte e



quatro ponto nove BEVIS, estava indicado como réu o indivíduo Paulo Catalino Ferraz e não a Câmara Municipal e o valor era de mais de quinhentos mil euros, solicitando esclarecimentos, uma vez que esse processo constava da informação escrita.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* - No uso da palavra esclareceu que, quando tinha chegado ao Município, tinha detetado que, na última reunião de Câmara do anterior Executivo, tinha havido uma decisão do Executivo aprovar a venda de um terreno à Euroralex por um preço inferior àquele que tinha sido pago pela Câmara Municipal aquando da respetiva compra, ou seja, a Câmara tinha comprado o terreno por três euros e meio e vendeu-o à Euroralex por dois euros o metro quadrado. Quando chegou, e vendo essa decisão, juntamente com o seu Executivo, entendeu que aquele procedimento não lhe parecia correto e, perante isso, fez uma exposição ao DIAP - Departamento Central de Investigação e Ação Penal com pedido de esclarecimento. O pedido de esclarecimento deu lugar a um processo, que estava a ser investigado pela Polícia Judiciária. Na sequência, a Euroralex vinha agora dizer que se sentia lesada e pedia uma indemnização de mais de quinhentos mil euros, estando constituídos arguidos ele próprio, como Presidente da Câmara, a senhora Vice-presidente, Isabel Azevedo e o Vereador José Dias Batista, enquanto membros do executivo. Acrescentou que a Câmara Municipal iria apresentar defesa pois considerava aquele ato nulo, porquanto não tinha de concordar com a decisão do Executivo anterior. Terminou afirmando que estava a atuar em função da sua consciência e do seu Executivo, mas estava muito tranquilo em relação àquele processo.-----

----- *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Voltou a usar da palavra para referir que o que questionava era porque é que na informação escrita constava um número de processo com o réu Câmara Municipal e valor de trinta mil euros quando o número de processo correspondia àquele em que constava o réu Paulo Catalino Ferraz. -----

----- A Presidente da Assembleia interveio no sentido de dar nota de que a documentação do processo tinha sido pedida pelo membro Sandra Cortês, mas por se encontrar em período de defesa da Câmara Municipal, os serviços jurídicos da Câmara Municipal tinham apelado à máxima reserva



sobre o processo.-----

-----*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Solicitou o uso da palavra para esclarecer que tinha solicitado efetivamente aquele processo porque lhe tinha despertado a atenção, mas não queria prejudicar o Município e, como tal, considerava que, se o nome que estava naquele processo era o do senhor Presidente da Câmara, tinha reservas sobre tratar-se de um processo contra o Município ou contra o cidadão Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz. Afirmou não entender aquela medida da parte do atual Executivo Municipal pois na ocasião em que os terrenos tinham sido vendidos à Euroralex, também tinham sido vendidos outros terrenos a outras empresas pelo mesmo valor, i.e., por dois euros o metro quadrado. Acrescentou que, na ocasião, e por indicação de um então membro da oposição, foi veiculado que o então Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal queria um valor superior aos dois euros por metro quadrado, mas os elementos do Executivo Municipal de então não anuíram a essa solicitação e manteve o preço metro quadrado utilizado para situações semelhantes, salvaguardando que o respetivo Presidente da Câmara se tinha ausentado aquando da análise e deliberação daquele assunto. Prosseguiu para informar que aquilo que tinha sido feito, referindo-se à exposição ao DIAP, não fazia muito sentido pois, na realidade, tinha-se apenas cumprido um protocolo oportunamente firmado. -----

-----Reportou-se, depois, à reunião de Câmara realizada no dia nove de abril em que aquele assunto tinha sido discutido referindo que, na mesma, a anulação da deliberação tinha contado com três votos a favor, do próprio e dos vereadores em permanência, e dois votos contra dos vereadores da oposição sendo que um deles, que era advogado, Luís Humberto da Costa Fidalgo, tinha alertado para o ato de anulação solicitando que a justificação dada constasse da ata da citada reunião mas efetivamente não constava na ata publicada no portal da Câmara Municipal.-----

Questionou, depois, de quem seria a responsabilidade se a Câmara Municipal perdesse o processo, pois estava em causa mais de meio milhão de euros de indemnização e se o senhor Presidente se sentia confortável com a situação, considerando que tinha existido irresponsabilidade e prepotência política. -



----- *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu que não tinha agido sozinho, todas as decisões são em equipa. Reiterou que, na sua consciência e ética, jamais compraria um terreno, como Presidente de Câmara, a três euros e meio e na última reunião do seu Executivo, o venderia por menos, neste caso dois euros lesando a autarquia em dezenas de milhares de euros. Disse que os juízos de valor eram muitos e variados e, como tal, a justiça iria pronunciar-se. Relativamente às duas empresas referenciadas, nenhuma delas ainda se tinha instalado nos referidos terrenos na zona industrial. Considerou que a Euroralex não ficaria pobre se tivesse comprado o terreno pelo valor que a Câmara pagou, pois era uma empresa que aparentava boa saúde financeira, como o demonstrava a regular mudança de carros novos do concelho de administração. Salientou, ainda que, acrescia que esse negócio tinha acontecido em pleno período eleitoral o que o torna mais estranho. Por isso, se fosse ele não o faria e, como tal, enviou o processo para as instâncias superiores. Salvaguardou que o cidadão Paulo Catalino não era o réu, mas sim a Câmara Municipal e subsequentemente o Executivo em permanência, pelo que reprovava a atitude do membro Manuela Campos em tentar passar uma ideia tendenciosa e imoral com a entrega de um documento que tendia a induzir as pessoas ao erro. -----

----- Esclareceu que existiam dois processos distintos em que um deles tinha um ônus de trinta mil e um euros, valor legalmente definido, e o outro era da Euroralex contra a Câmara Municipal com o referido pedido de indemnização. -----

----- Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciado este ponto da ordem do dia. -----

----- **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- **3. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

----- **3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2024. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto e dos restantes integrados



no ponto três. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para fundamentar esta revisão que se prendia sobretudo com a entrada de alguns valores, o que levava à realocização noutras rubricas, remetendo para a documentação previamente enviada. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições. -----

----- No seguimento, a Presidente da Assembleia colocou, então, em votação este ponto da ordem do dia, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstencões – oito (8) votos. -----

----- A favor – doze (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstencões dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e quatro, nos seguintes termos: -----

----- Orçamento da Receita – Reforços: 3 575 509,00€ (três milhões quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e nove euros); e Diminuições: 0,00€ (zero euros). -----

----- Orçamento da Despesa – Reforços: 3 636 313,00€ (três milhões seiscentos e trinta e seis mil



trezentos e treze euros); e Diminuições: 60 804,00€ (sessenta mil oitocentos e quatro euros). -----

----- Grandes Opções do Plano – Reforços: 3 365 013,00€ (três mil trezentos e sessenta e cinco mil e treze euros); e Diminuições: 69 354,00€ (sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e quatro euros). -- -----

----- **4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS** -----

----- RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.
APRECIÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que se tratava de um relatório semestral que nem sequer tinha obrigatoriedade de ser apresentado à Assembleia Municipal, no entanto, e porque o Executivo era a favor de que tudo fosse transparente e claro tinha sido marcada uma reunião com os líderes das bancadas daquela Assembleia e deputados da oposição, em que foram levantadas questões e dúvidas, devidamente esclarecidas pelo ROC – Revisor Oficial de Contas. A conclusão era de que a Câmara Municipal estava perante uma boa saúde financeira; que tinha cumprido as regras do equilíbrio financeiro; o grau de endividamento estava dentro dos valores mínimos e, apesar de ser necessário estar sempre atento e ter cautela em relação ao futuro, a situação era estável. Perante isso, afirmou, honras fossem feitas, a situação económica do Município não era exclusivamente responsabilidade do atual Executivo, mas vinha do anterior Executivo que tinha deixado uma situação financeira muito saudável. Concluiu para afirmar que esperava continuar a ter o rigor e determinação que até aí estavam demonstrados, pois não havia dúvidas de que não podia haver uma Câmara Municipal saudável sem contas saudáveis. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. -----

----- *Maria Manuela Robeiro Rodrigues de Campos* – Começou por referir que estavam todos a



aprender e as reuniões promovidas pelo Executivo com os técnicos, era salutar. Considerou que o relatório em causa comparava os dados com os do primeiro semestre de dois mil e vinte e três e, apesar de o valor de endividamento ainda ser confortável, era necessário estar alerta pois, por exemplo, em relação à demonstração de resultados, havia uma diminuição de mais de cinquenta por cento. Outra questão preocupante eram os gastos com o pessoal que, em relação ao ano anterior, tinham aumentado mais de treze por cento; o valor da dívida por habitante tinha duplicado; os gastos com pessoal aumentaram e o endividamento tinha subido cerca de dois por cento e, relativamente à liquidez e autonomia também se registavam aumentos. Se estes dados eram ou não preocupantes, cabia aos técnicos aferirem, concluindo que estavam, no entanto, apreensivos pelos dados do final do ano. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Começou por agradecer a reunião proporcionada pelo Município pois tinha sido uma reunião formativa e informativa. Colocou depois algumas dúvidas designadamente em relação ao ativo fixo solicitando os respetivos elementos. Questionou, depois, os motivos da diminuição do saldo que a Câmara Municipal tinha a receber e da redução das receitas provenientes de impostos, contribuições e taxas que tinha reduzido para menos de metade, comparado com o período homólogo do ano anterior. -----

----- Relativamente aos indicadores financeiros, destacou a dívida por habitante e o aumento dos custos com pessoal, reiterando o que foi afirmado na intervenção anterior. Concluiu que ficava apreensiva com o futuro, nomeadamente em relação aos custos com pessoal e à dívida total que, no período de um ano, tinha duplicado. -----

----- *Tiago André Pereira Afonso* – Apresentou cumprimentos e salientou três aspetos concretos sobre o documento referindo-se à situação financeira, que elogiava, assentes nas regras do equilíbrio orçamental; no grau de endividamento que poderia ir até um e meio por cento cifrando-se o de Carregal do Sal em zero virgula trinta e três por cento e, por último, o total passivo com base no ativo que podia ir até zero ponto setenta e cinco e Carregal do Sal apresentava zero ponto dez. Esperava que



o Município continuasse nesse bom ritmo por forma a manter um equilíbrio orçamental, tão desejado e importante para o Concelho.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu que, na reunião realizada com o revisor oficial de contas tinha sido tudo explicado, mas era legítimo que os membros da Assembleia apresentassem as suas dúvidas. Salvaguardou, no entanto, que a situação financeira do Município era confortável e estava equilibrada, consubstanciando com os números apresentados. Entendia que a oposição quisesse passar a ideia de uma ingerência da parte da dívida, o que não correspondia à verdade; uma situação reiterada de que o quadro de pessoal estava sempre a aumentar, esquecendo-se de que a Câmara tinha assumido as transferências de competências e, portanto, podiam-se trabalhar as contas da forma que se quisesse, mas na verdade, atendendo aos critérios e normativos definidos e a que o membro Tiago Afonso tinha feito referência, a situação do Município era confortável. -----

----- *Vereador José Dias Batista* – Apresentou cumprimentos e esclareceu que, em qualquer balanço, era grave quando aumentava o passivo e não aumentava o ativo. Relativamente aos dados, e ainda que sem certeza absoluta, afirmou que o aumento do ativo se prendia com a Casa do Passal, que tinha entrado para o ativo, e a Ciclovia Oliveirinha – Carregal. Em relação aos impostos, contribuições e impostos, a sua leitura era de que tal se devia ao facto de a entrada do IMI ter acontecido após trinta de junho, contrariamente ao que tinha acontecido no anto transato, cujos valores foram regularizados antes.-----

----- Relativamente ao passivo, era de atender à dívida bancária e essa tinha aumentado, sim, mas porque o ativo do Município também tinha aumentado. Portanto, para se fazer algo tinha de se recorrer a empréstimos bancários. E sim, poderia não se recorrer a empréstimos e, nesse caso, obras como o Museu Aristides de Sousa Mendes, só seriam uma realidade em dois mil e trinta e cinco. E afirmou que em municípios como o de Carregal, as obras só surgiram porque tinham sido feitos empréstimos.-

----- Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciado este ponto da ordem do dia.-----



-----5 **EMPRÉSTIMOS**-----

-----5. EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À HABITAÇÃO COLABORATIVA DE OLIVEIRA DO CONDE, HABITAÇÃO COLABORATIVA DE VILA MEÃ E CRECHE DE CARREGAL DO SAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto deixando à consideração do Presidente da Câmara Municipal acrescentar o que entendesse para apreciação do mesmo.-----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra explicou que a Câmara Municipal tinha feito candidaturas para as habitações colaborativas referidas e para a Creche Municipal e, em função dessas aprovações, a única forma de proceder ao lançamento dos respetivos concursos, era solicitar empréstimos para custear, eventuais valores, necessários na gestão orçamental. Contava que, em relação às habitações colaborativas, não seria necessário qualquer valor suportado com empréstimo, mas, em relação à Creche Municipal, e uma vez que o financiamento do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência era menor, apenas de cinquenta por cento, era necessário um *upgrade* de cerca de trezentos e cinquenta mil euros para essa obra.-----

-----Deu nota de que, em relação à habitação colaborativa de Vila Meã, havia uma situação ainda em fase de negociação, pois tinha sido informado, após uma reunião com alguns elementos da população, que existia um acordo de cavalheiros estabelecido com o então Presidente da Câmara, Atilio dos Santos Nunes, de que o terreno para onde estava prevista essa habitação colaborativa, fosse para a comunidade uma vez que o terreno onde estava edificada a habitação social da localidade tinha sido ofertado por vários populares que tinham estabelecido uma espécie de permuta com o terreno que agora era considerado para o investimento da habitação colaborativa. Com o intuito de honrar esse acordo, a Câmara Municipal estava a fazer um esforço para encontrar um novo terreno para aí edificar essa nova estrutura.-----



----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Solicitou esclarecimentos em relação ao financiamento das obras em causa pois eram de diferentes percentuais de comparticipação, questionando, ainda, porque é que se fazia empréstimo para as habitações colaborativas quando a comparticipação dessas obras era de cem por cento. Questionou ainda da legalidade de se alterar a localização de um projeto já aprovado para aquela localização. -----

----- Terminou para sugerir que, quando estivessem em causa situações como aquela, em que as taxas de financiamento eram diferentes, os assuntos deveriam ser apreciados em pontos distintos. -----

----- *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos a todos quantos assistiam aos trabalhos, presencial e *online*. Começou por referir que estavam ali apresentados mais investimentos para o Concelho e, uma vez mais, tinha sido deixada de parte a Freguesia de Beijós, manifestando o seu desagrado. Relativamente à Creche Municipal, que considerou essencial, questionou qual era o valor efetivo de comparticipação, ao que o senhor presidente respondeu, de imediato, informando que a comparticipação era em função do número de pessoas, correspondendo ao valor unitário de quatro mil euros por cada uma e fazendo as contas às setenta e cinco crianças consideradas em sede de candidatura, o valor de comparticipação, com IVA, era de trezentos e dezoito mil euros. -----

----- Concluiu a sua intervenção para sublinhar que não entendia a habitação colaborativa mais importante do que o investimento numa estrutura como era uma Creche Municipal, ainda para mais num Município, como era o caso, em que a carência desse tipo de estruturas era evidente. Acrescentou que neste caso a comparticipação deveria ser de cem por cento, pois o seu funcionamento acarretaria despesas com pessoal, o que oneraria ainda mais o orçamento municipal. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Considerou a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Beijós extremamente pertinente, mas na verdade, e de acordo com o cumprimento de verbas na área da segurança social no âmbito do PRR, poderia haver a possibilidade dessa



comparticipação ser de um valor mais alto que cinquenta por cento, mas isso dependeria do facto de haver ou não excedentes, e essa era a expectativa da Câmara Municipal. A esse propósito tinha, inclusive, falado com o senhor Presidente da Segurança Social de Viseu e informado de que a indicação que existia era de que as creches seriam gratuitas e a verba destinada aos encargos administrativo/logísticos e de recursos humanos, a serem consideradas, seriam num outro procedimento e no domínio do Ministério da Educação, salvaguardando que não se sabia se iriam ou não ser contempladas em orçamento do estado. Concluiu que, perante essa situação, e porque a Câmara Municipal sabia da importância e necessidade daquela estrutura no Concelho, entendeu avançar com a candidatura, entretanto aprovada e com participação financeira garantida. -----

-----Em relação ao empréstimo para a habitação colaborativa, respondeu ao membro Sandra Cortês que o facto de deslocalizar a habitação colaborativa, desde que a mesma ficasse situada na mesma freguesia, em seu entender não traria constrangimentos e não penhorava o respetivo financiamento. Em relação ao empréstimo para esse efeito propriamente dito, argumentou que certamente não faria nada que fosse ilegal. -----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto da ordem do dia, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstencões – oito (8) votos; -----

----- A favor – doze (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstencões dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa,



António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, o pedido de autorização para a contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo destinado à Habitação Colaborativa de Oliveira do Conde, Habitação Colaborativa de Vila Meã e Creche de Carregal do Sal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos:-----

----- a) Financiamento de projetos participados pelo PRR - Programa de Recuperação e Resiliência, referentes à Habitação Colaborativa de Oliveira do Conde, Habitação Colaborativa de Vila Meã e Creche de Carregal do Sal; -----

----- b) Montante – 1 101 300,00€ (um milhão cento e um mil e trezentos euros);-----

----- c) Prazo – 20 (vinte) anos. -----

----- d) Taxa de juro indexada a Euribor 6M, com “floor” zero, acrescida de "spread" de 0,35%, sem comissões; -----

----- e) O reembolso será praticado em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; -----

----- f) Está prevista a possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município. -----

----- **6. REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- 6.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “ELH 1.º DIREITO – RUA DO SOITO, EM PAPÍZIOS”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto e dos restantes integrados



no ponto seis.-----

-----*Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para explicar que se estava perante uma prerrogativa legal e que acontecia sempre que uma obra não fosse concluída no ano civil em curso. Esperava, no entanto, conseguir concretizar algumas dessas obras ainda no ano de dois mil e vinte e quatro ou, pelo menos, iniciar algumas das quais destacou a Rua das Canadas e a requalificação da Estrada de Vila Meã.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, colocou-o a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstencões – oito (8) votos;-----

----- A favor – doze (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, o pedido de autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “ELH 1.º Direito – Rua do Soito, em Papízios”, nos seguintes termos: -----

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 42 400,00€ (quarenta e dois mil e quatrocentos euros); ---- -

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 415 504,58€ (quinhentos e quinze mil quinhentos e quatro



euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

----- O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. ----

----- 6.2 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “BNAUT – REABILITAÇÃO DA ESTAÇÃO CF DE CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto e, de acordo com o previamente definido no início da discussão do ponto seis, colocou este ponto a votação.

----- Face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade o pedido de autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “BNAUT – Reabilitação da Estação CF de Carregal do Sal”, nos seguintes termos: -----

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 15 900,00€ (quinze mil e novecentos euros);-----

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 61 480,00€ (sessenta e um mil quatrocentos e oitenta euros). --

----- O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. ----

----- 6.3 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “BNAUT – REABILITAÇÃO DA ESTAÇÃO CF DE OLIVEIRINHA”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto em apreço, colocando-o, de imediato a votação, conforme acordado. -----



-----Face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade o pedido de autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “BNAUT – Reabilitação da Estação CF de Oliveirinha”:

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 15 900,00€ (quinze mil e novecentos euros);

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 63 600,00€ (sessenta e três mil e seiscentos euros).

-----O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. ----

-----6.4 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “RUA DA ALAGOA, CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ---

-----Cumprindo o previamente definido, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou o ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado:

----- Abstencões – (8) votos;

----- A favor – (12) votos.

-----Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto,



Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, o pedido de autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “Rua da Alagoa, Carregal do Sal”, nos seguintes termos: -----

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 59 000,00€ (cinquenta e nove mil euros); -----

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 192 920,00€ (cento e noventa e dois mil novecentos e vinte euros). -- -----

----- O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. ----

----- 6.5 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “RUA DAS CANADAS – CURRELOS”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- Uma vez mais, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, seguindo o acordado, colocou o ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstenções – oito (8) votos; -----

----- A favor – doze (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, o pedido de



autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “Rua das Canadas, Currelos”, nos seguintes termos: -----

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 53 000,00€ (cinquenta e três mil euros); -----

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 193 450,00€ (cento e noventa e três mil quatrocentos e cinquenta euros). -----

----- O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado do ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. -----

----- 6.6 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VILA MEÃ”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, de acordo com o previamente definido no início da discussão do ponto seis, colocou este ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstencões – oito (8) votos; -----

----- A favor – doze (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstencões dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto,



Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, o pedido de autorização prévia para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “Requalificação da Estrada de Vila Meã”, nos seguintes termos: -----

----- Ano de dois mil e vinte e quatro – 159 000,00€ (cento e cinquenta e nove mil euros); ----- -

----- Ano de dois mil e vinte e cinco – 236 910,00€ (duzentos e trinta e seis mil novecentos e dez euros). - -----

----- O montante fixado para cada um dos anos económicos previstos poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. ----

----- **7. URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO** -----

----- PROCESSO N.º 55/2024 – CONSTRUÇÃO DE TÚNEL DE LIGAÇÃO ENTRE ADEGA E CASA SEDE. LOCAL: QUINTA DA GANDARINHA OU QUINTAL, EM OLIVEIRINHA, FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CONDE, CONCELHO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para explicar os contornos em torno do tema em apreço informando que tinham recebido a solicitação de autorização da empresa para construção de um túnel para ligar o espaço de escritórios e provas com a adega e, após consulta ao Gabinete Jurídico, nada obstava. Acrescentou que posteriormente iria ser feito um ato de concessão em que haveria direito a um pagamento, a definir oportunamente. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Começou por questionar o porquê daquele assunto ser apresentado à Assembleia para deliberação se ainda nem sequer existia um projeto efetivamente executado. Continuou para afirmar que deveria ser ali deliberado após aprovação do projeto pois



naquela fase não sabiam o que iriam deliberar e com base em quê.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, esclareceu que estava em causa votar a intenção de autorização de construção daquela estrutura. -----

----- *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Usou da palavra para considerar que, salvaguardando o facto de não querer pôr em causa o investimento visado, também não lhe parecia muito óbvio que o assunto fosse àquela sessão para deliberação pois a Assembleia não tinha competência para tal, sendo, isso sim, da Câmara Municipal. Quando muito, seria apreciado na Assembleia Municipal no procedimento posterior, designadamente em relação ao montante do pagamento referentes à concessão.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Solicitou o uso da palavra para esclarecer que, sendo a Assembleia Municipal um órgão político, de discussão política, a Câmara Municipal entendia que seria razoável que todas as forças políticas representadas se pronunciassem sobre esta matéria. O objetivo era, portanto, auscultar a opinião do plenário.-----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Afirmou que o facto de estarem ali a discutir o assunto não implicava que fossem contra ou a favor; só lhes parece legítimo questionarem. E acrescentou que a bancada do Movimento Independente dos Cidadãos do Carregal até era a favor. Mas na verdade o parecer jurídico e o da Divisão de Obras Municipais e Ambiente sobre o documento não eram sequer conclusivos, considerando-os prematuros. Assim sendo questionava se o assunto tinha sido levado à Assembleia para aferir se a oposição votaria contra.-----

----- *Vereador José Dias Batista* – Usou da palavra para esclarecer que a intenção de levar aquele assunto à Assembleia, era salvaguardar o eventual investimento previsto por parte da empresa. -----

----- Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação. ---

----- Face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta referente ao processo número



cinquenta e cinco barra dois mil e vinte e quatro, de Construção de Túnel de Ligação entre Adega e Casa Sede, no lugar de Quinta da Gandarinha ou Quintal, em Oliveirinha, Freguesia de Oliveira do Conde, Concelho de Carregal do Sal, nos termos e condições da proposta e estudo apresentados, que se consideram parte integrante desta deliberação e que vão ser arquivados em pasta própria.-----

----- **8. PROCESSO EXPROPRIATIVO (RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR)** -----

----- PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM ENQUADRAMENTO NO REGIME ESPECIAL DE EXPROPRIAÇÃO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 15/2021, DE 23 DE FEVEREIRO. PRÉDIO URBANO A EXPROPRIAR: ARTIGO INSCRITO MATRICIALMENTE SOB O N.º 249 (FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL) E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE CARREGAL, SOB O N.º 300 (EXTINTA FREGUESIA DE CURRELOS) E ARTIGO INSCRITO MATRICIALMENTE SOB O N.º 255 (FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL) E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE CARREGAL DO SAL SOB O N.º 301 (EXTINTA FREGUESIA DE CURRELOS). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra, deu nota de que um processo expropriativo deveria ser sempre um dos últimos recursos a utilizar, mas na verdade, tinham sido feitas várias tentativas em relação aos espaços em causa e não se tinha conseguido chegar a consenso. A intenção da Câmara era, no entanto, criar naquele espaço alguns lugares de estacionamento que serviriam aquela zona central da vila e os apartamentos que iam ser construídos no antigo quartel dos bombeiros de Carregal do Sal. Explicou as diligências feitas pela Câmara Municipal que, lamentavelmente, não tinham tido um desfecho feliz e, por isso, aproveitando a prerrogativa legal que era a expropriação, tinham-se socorrido desta medida para, no futuro, dotar o espaço com lugares de estacionamento e torná-lo simultaneamente mais digno. -----



----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, colocou-o a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Abstenções – (8) votos; -----

----- A favor – (12) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos, a proposta da Câmara Municipal, com enquadramento no Regime Especial de Expropriação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinze barra dois mil e vinte e um, de vinte e três de fevereiro. Prédios urbanos a expropriar: Artigo inscrito matricialmente sob o número duzentos e quarenta e nove (Freguesia de Carregal do Sal) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Carregal, sob o número trezentos (extinta Freguesia de Currelos) e artigo inscrito matricialmente sob o número duzentos e cinquenta e cinco (Freguesia de Carregal do Sal) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Carregal do Sal sob o número trezentos e um (extinta Freguesia de Currelos), nos termos e condições da documentação apresentada, que se considera parte integrante desta deliberação e que vai ser arquivada em pasta própria. -----

----- **9. PROVIDOR DO MUNÍCIPE** -----



----- RELATÓRIO. APRECIACÃO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto da ordem de trabalhos e sugeriu que fosse o próprio a apresentar as conclusões do relatório, se ninguém se opusesse, ao que o plenário anuiu.-----

----- *Provedor do Município* – Apresentou cumprimentos e começou por agradecer a oportunidade de ser o próprio a apresentar o respetivo documento. Continuou para afirmar que, apesar de os contactos dos munícipes com o Provedor, serem pontuais e esporádicos, eram também, na sua maioria, algo informais, pelo que a grande base do seu trabalho era o contacto direto com os Municípes.-----

----- Prosseguiu para afirmar que a questão das acessibilidades, designadamente melhoria de estradas, novos caminhos e estradas e alcatroamentos continuava a estar nas principais questões levantadas pelos Municípes e, por isso, tanto a Câmara Municipal como as Juntas de Freguesia tinham muito trabalho a fazer nesse domínio e muitos investimentos a realizar.-----

----- Do período a que respeitava o documento, destacou ainda a preocupação dos Municípes relativa ao eventual encerramento de alguns serviços públicos, e de forma mais concreta, do Serviço de Finanças; à revisão do Plano Diretor Municipal; à dívida e ao quadro de pessoal da Câmara Municipal; às Festas do Concelho, em que, por um lado, as pessoas ficaram agradadas com o novo espaço e, por outro lado, manifestaram a preocupação com o barulho sobretudo na área residencial próxima do local onde estas se realizaram; sobre a inauguração e início de funcionamento do Museu Aristides de Sousa Mendes, tinha recebido muitas manifestações de satisfação pela obra em si, pelo espaço expositivo, pela dinâmica consubstanciada no número de visitantes registado.-----

----- Terminou recordando os dias e horas de atendimento presencial do Provedor salvaguardando que poderiam igualmente contactá-lo por *email*.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal solicitado o uso da palavra.-----



-----*Presidente da Câmara Municipal* - Agradeceu todo o cuidado do senhor Provedor em fazer chegar à Câmara Municipal as preocupações dos Munícipes e de forma célere, pelo que agradecia todo o trabalho e dedicação que muito tinham contribuído para que a Câmara Municipal encontrasse algumas soluções para os anseios dos Munícipes.-----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciado o Relatório elaborado e apresentado pelo Provedor do Município de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.-----

----- 10. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----*Eduardo José Mota Abrantes* – Apresentou cumprimentos a todo o plenário, ao público presente e a todos que acompanhavam os trabalhos via *online*. Afirmou estar ali na qualidade de administrador da Euroralex e não se iria pronunciar sobre o que tinha sido falado pois não era sua intenção alimentar polémicas salvaguardando que as situações apresentadas seriam resolvidas nos locais próprios. Começou por referir que a empresa existia há cerca de quarenta anos, continuava a ser a maior empresa do Concelho, em termos de empregabilidade constituindo, por isso, uma bandeira do Concelho. Eram, na sua ótica, uma referência pela forma como trabalhavam com todos os clientes e fornecedores em termos de legalidade. -----

-----Prosseguiu para referir que tinha escutado o senhor Presidente ter falado do facto de os administradores da empresa trocarem de carro todos os anos, questionando o que é que isso tinha a ver com a Assembleia Municipal, pois entendia que tal não era justo, até porque não tinha sido feito mais nenhuma referência do género em relação a administradores de outras empresas, pelo que lhe parecia que estava a tentar denegrir a imagem dos respetivos administradores, pedindo desculpa se não fosse essa a intenção.-----

-----Solicitava, portanto, que o senhor Presidente se retratasse questionando qual era a ligação dos carros dos administradores com o caso que ali tinha sido discutido. -----



----- *José António Figueiredo Almeida* – Apresentou cumprimentos. Referiu-se a um terreno na localidade de Vila Meã que tinha sido oferecido, em mil novecentos e oitenta e oito, para um campo de futebol por uma família que morava em Lisboa, mas que tinha ascendência naquela localidade. Explicou os contornos de todo o processo a que o senhor Presidente da Câmara Municipal, já se tinha referido naquela sessão, referindo que o atual Executivo Municipal tinha intenção de ali edificar a habitação colaborativa, pelo que apelava à sensibilidade da Câmara Municipal para ajudar a que, nesse espaço, fosse criado um parque de lazer e divertimento, indo ao encontro das expectativas criadas, havendo, da parte da população de Vila Meã, a preocupação e o compromisso de apoiarem no sentido de se encontrar outro terreno para a habitação colaborativa pois não eram contra essa edificação; apenas pretendiam que o acordo de cavalheiros fosse cumprido. -----

----- Continuou para se referir ao Plano Diretor Municipal e, a propósito, referir que existia uma situação que importava dirimir na localidade de Vila Meã, referindo que existiam terrenos de um senhor que tinham sido doados para alargamento de estrada na população em que, perante a mais recente revisão ao documento, agora não era possível construir no espaço confinante, salvaguardando que, na ocasião o senhor tinha realizado todas as infraestruturas necessárias para futura construção e o seu filho pretendia fazê-lo tendo-se deparado com a impossibilidade dessa concretização. Apelava, portanto, ao bom senso e sensibilidade da Câmara Municipal para resolução daquela questão uma vez que o senhor tinha efetivamente contribuído para o bem comum. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra dirigiu-se ao administrador da empresa Euroralex para afirmar que nunca foi por sua iniciativa que se tinha falado sobre o tema Euroralex naquela Assembleia Municipal. Sobre o que afirmara sobre os carros, sublinhou que tinha liberdade de expressão, assumia o que disse e que a liberdade de expressão lho permitia. Era livre de dizer o que entendia como o era o administrador da empresa. -----

----- Ao Município José Antonio Figueiredo respondeu que tudo fariam e continuariam a fazer para encontrarem uma outra solução para a questão colocada, pois respeitavam o acordo estabelecido



anos atrás e, se possível iriam encontrar a solução para fazer a habitação colaborativa num outro local. Em relação ao Plano Diretor Municipal informou que tinha falado com os Serviços da Câmara Municipal e, portanto, iria tentar rever-se essa situação sendo que, legalmente, o documento só poderia ser revisto passados seis meses. -----

-----**APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.**-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco, seis ponto um, seis ponto dois, seis ponto três, seis ponto quatro, seis ponto cinco, seis ponto seis, sete, oito e nove da ordem de trabalhos. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se reunida no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, nesta Vila de Carregal do Sal e estava constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Igor Lopes de Sousa, António Manuel Almeida Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Cláudia Mariza Figueiras dos Santos. -----

-----**ENCERRAMENTO.**-----



----- Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, desejou a todos a continuação de uma boa noite sublinhando a presença do vasto público e deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e sete minutos. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal,

Cilene Gomes Lindinho.

O Primeiro Secretário,

Francisco Rafael Batista Gouveia.

A Segunda Secretária,

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.